

Lula promete PEC para passe livre no transporte público

Presidenciável realizou caminhada pelo Centro de Porto Alegre



Candidato do PT fez trajeto pelas ruas acompanhado em carro por ex-governadores e cercado pela militância



Bolívar Cavalier

bolivarc@jcrs.com.br

Após o presidente e candidato à reeleição, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), desafiar neste domingo, em debate na Band, o adversário Flávio Bolsonaro (PL) a que ambos abram seus sigilos bancários e dos celulares, o atual mandatário afirmou ontem que irá entregar hoje os sigilos dele e de seus cinco filhos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A declaração ocorreu em pronunciamento à imprensa antes de

iniciar uma caminhada com apoiadores em Porto Alegre.

“Abrindo o meu sigilo telefônico, da minha família e dos meus cinco filhos e dirigindo que o Flávio Bolsonaro faça o mesmo. Vou entregar amanhã ao Tribunal Superior Eleitoral”, disse Lula. O presidente afirmou que faz isso para “parar com isso nesse País de ladrão ficar chamando gente honesta de ladrão”, em referência ao adversário, ao qual voltou a chamar de “miliciano”.

Além disso, ele se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional uma PEC que trate de passe livre no transporte público de todo o Brasil. Conforme Lula, os recursos para tal medida seriam oriundos de emendas parlamentares.

O candidato também voltou a afirmar que o governo federal irá comprar dívidas da população para leiloar elas, e que ainda vai fazer um “Pix de cinco mil reais para quem se livrar da dívida”.

Ele também comemorou a promulgação da PEC do fim da escala 6x1 no Congresso Nacional.

Após o pronunciamento, o petista subiu em um carro junto aos ex-governadores gaúchos Olívio Dutra (PT) e Tarso Genro (PT) e o senador Paulo Paim (PT). A concentração ocorreu no Parque dos Açorianos, no Centro de Porto Alegre, e a caminhada com apoiadores desceu a avenida Borges de Medeiros com chegada programada para o Mercado Público.

Equipe econômica de Flávio adotará regra de transição no Bolsa Família

A coordenadora econômica da campanha de Flávio Bolsonaro, Daniella Marques, disse em entrevista à CBN Bahia que planeja implementar uma regra de transição de dois anos no Bolsa Família para que os beneficiários abram seus negócios ou aceitem empregos de carteira assinada, com retorno automático ao benefício, caso não consigam oportunidades.

“As pessoas não podem ficar presas para sempre no Bolsa Família, aquilo é uma proteção mas é o início de uma jornada e todo mundo merece sonhar com mais oportunidade, mais dignidade. É justamente nisso que a gente quer focar, esse é o coração do plano do Flávio”, afirmou Marques. “A Caixa vai ser o grande braço de apoio para isso, assim como o Banco do Nordeste, para ser o banco do pequeno empreendedor, para oferecer crédito”, disse.

Daniella reforçou ainda que um eventual governo Flávio deve implementar um plano emergencial para reestruturar dívidas de empresas e famílias, causadas

pelas medidas eleitoreiras “desesperadas” do Lula às vésperas das eleições. “Esse plano emergencial vai permitir que famílias tenham carência de seis meses para reestruturar suas dívidas, assim como as micro e pequenas empresas terão carência de 12 meses para recompor a capacidade de pagamento”, detalhou.

A ex-presidente da Caixa rebateu o que chamou de “campanha criminosa de fake news” pelo PT, alegando que Flávio Bolsonaro cortaria programas sociais ou aposentadoria caso eleito. “Não iremos (cortar programas sociais). Nós iremos cortar os privilégios em Brasília, férias de 60 dias, supersalários, viagens e outros privilégios, desperdícios da máquina pública e fechar o buraco das estatais para que a gente tenha um Estado mais eficiente”, disse Daniella Marques.

Segundo a coordenadora econômica da campanha do Partido Liberal (PL), o plano de Flávio tem como um de seus pilares o ajuste das contas públicas, permitindo um controle da dívida e uma eventual queda dos juros reais.



Daniella Marques falou ainda sobre plano emergencial a endividados

TSE dá 24h para Meta comprovar igualdade de conteúdo de Lula e Flávio

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) estabeleceu um prazo de 24 horas para que a Meta (dona do WhatsApp, Facebook e Instagram) apresente provas de que cumpriu as determinações da Corte sobre a distribuição de conteúdo político e a veiculação de anúncios eleitorais no segundo turno das eleições de 2026.

A decisão foi proferida neste domingo, pelo ministro Marco Aurélio Bellizze e prevê o aumento da multa diária para R\$ 1 milhão caso a empresa não comprove o cumprimento integral das medidas dentro do prazo estipulado. O Estadão procurou a Meta, e o espaço está aberto

para manifestação.

A disputa envolve as campanhas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do senador Flávio Bolsonaro (PL), que recorreram à Justiça Eleitoral alegando prejuízos à divulgação de seus conteúdos nas plataformas da empresa.

O caso trata da atuação da Meta na distribuição de material político, e não da legalidade das propagandas publicadas pelos candidatos, conforme destacou o ministro. “A controvérsia, portanto, não versa sobre a regularidade da propaganda eleitoral veiculada pelas candidaturas nas redes sociais, mas sobre a

atuação da plataforma no tratamento e na distribuição desses conteúdos durante o processo eleitoral”, escreveu o ministro.

Na decisão, Bellizze determinou que a empresa apresente relatórios detalhados sobre as providências adotadas e esclareça quais medidas decorreram de ordens judiciais e quais foram implementadas por iniciativa própria. Os documentos deverão ser entregues em português, com os horários ajustados ao fuso de Brasília e explicações que permitam identificar o atendimento de cada determinação.

O ministro também estabele-

ceu orientações sobre a distribuição de publicações feitas em colaboração entre perfis. A Meta poderá deixar de recomendar esse tipo de conteúdo quando ele for exibido no perfil oficial, mas não poderá estender a restrição à distribuição da mesma publicação pelo perfil do coautor. A empresa deverá, ainda, confirmar que interrompeu medidas de não recomendação aplicadas a contas que não sejam perfis oficiais.

O ministro também cobrou a reapresentação de um relatório anterior, com informações organizadas de maneira clara e individualizada.

Antonio Hohlfeldt anuncia sua saída do MDB

O ex-vice-governador do Rio Grande do Sul, Antonio Hohlfeldt, anunciou a sua saída do MDB neste final de semana. O político criticou a postura do partido diante do apoio à candidatura de Flávio Bolsonaro (PL) no segundo turno. Em um manifesto publicado no dia 15 de outubro, resumiu a sua trajetória política e a importância do partido nela. Hohlfeldt pontuou que não compactua com as atuais posições da sigla.